

ACTA N.º 03/ 05

Aos três dias do mês de Junho de dois mil e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2004;

Ponto dois- Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação relativo ao ano de 2004;

Ponto três - Actividade Camarária;

O **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos pelos pedidos de substituição. Do PS, pediram substituição os deputados Telmo Ferraz, Jorge Martins, António Guterres e Franklim Ventura, que foram substituídos respectivamente pelos deputados, Raul Coelho, Bruno Constâncio, Rui Loureiro e Victor Barbeiro; na CDU, pediram substituição os deputados Fernando Esperança e Fernando Alves, que foram substituídos pelos deputados António Mendes e Albino Paulo.

Seguidamente passou à votação da acta nº 5 de 28 de Setembro de 2004, que foi aprovada por maioria com 17 votos a favor e 3 abstenções por ausência, e acta nº 6 de 29 de Outubro de 2004, que foi igualmente aprovada por maioria com 17 votos a favor e 3 abstenções por ausência.

Referiu-se ao correio recebido destacando três documentos; um do grupo parlamentar do PCP, referente ao envio de um projecto de Lei que estabelecia o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, que estava à disposição para consulta; um do Grupo Parlamentar os Verdes, em que propuseram uma moratória para culturas transgénicas e um da Junta de Freguesia da Marinha Grande a oferecer um livro à Assembleia Municipal. Acrescentou que havia mais correio para além deste, e que estava à disposição dos deputados para consulta.

Por fim, anunciou que se encontravam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

O deputado da CDU, **Sérgio Moiteiro**, fez uma intervenção respeitante à situação preocupante do sector de cristalaria, relativamente à qual considerava que se devia tomar medidas urgentes, dada a quantidade de trabalhadores afectos àquele subsector e as consequências que a crise podia originar. Disse reconhecer que não competia à Assembleia apresentar soluções para os problemas, no entanto, considerava que aquele órgão devia ter outro tipo de intervenção, dada a dimensão do problema. Recordou que em tempos existira uma Comissão de Economia mas que neste momento não sabia se já fora extinta e qual a sua intervenção. Neste sentido, propôs que ou por intermédio da Comissão de economia ou por intermédio de um elemento de cada força partidária representada na Assembleia, se fizesse um estudo de forma a conhecer a realidade do problema, estudá-lo e desenvolver acções no sentido de minimizar os efeitos do mesmo, trazendo relatórios para apresentar nas próximas Assembleias com o ponto de situação. Reforçou que a sua proposta era no sentido de apelar à Assembleia Municipal que comesse a acompanhar as acções dos empresários, dos sindicatos, reunindo com eles, e, tendo em conta as várias perspectivas, que fizessem relatórios e apresentassem as respectivas propostas à Assembleia Municipal. Reforçou que estava em causa não só a economia do Concelho como também os trabalhadores daquela indústria, que ao longo das gerações tinham passado por sacrifícios.

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que não existia nenhuma Comissão de economia criada no âmbito da Assembleia Municipal, mas que no anterior mandato foi criado pela Câmara Municipal um Conselho Económico, o qual a sua pessoa também integrou, mas que não reunia há muito tempo. Disse que havendo necessidade estava disponível para participar, era uma questão de a Câmara convocar as reuniões. Relativamente à proposta do deputado de criar uma Comissão no seio da Assembleia Municipal para acompanhamento do problema do sector cristaleiro, disse que estava aberta a discussão.

O **Presidente da Câmara** esclareceu que existia um órgão legal, criado por Lei, especificamente para este sector, que era a Associação Industrial de Cristalaria. Referiu que assistira a duas reuniões a nível governamental, juntamente com Presidente da AIC, em que houve várias propostas do Governo no sentido de tentar salvar a crise do sector, nomeadamente, no sentido de não os obrigar a colocar o dinheiro que lhes competia para realizar capitais próprios do projecto, entre outras, no entanto, disse que considerava que os empresários não estavam a agarrar essas oportunidades, nem tinham desempenhado um papel de levantamento da crise e de tentativa de apresentar soluções para a crise.

O deputado da CDU, Francisco Duarte tomou assento na Assembleia pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, seguido do deputado do PS, Bruno Constâncio.

O deputado do PSD, **Pedro Silva**, disse que considerava que a crise no Concelho neste momento não era só no sector da cristalaria, mas que já se estendia à generalidade dos sectores, prevendo-se um futuro negro para a Marinha Grande. Referiu que apesar de se continuar a falar e a dar exemplos de algumas empresas de sucesso, sabia que essa não era a realidade mas a excepção. Disse que na sua opinião era importante que se fizesse um diagnóstico realista da situação actual, que ajudasse a pensar a médio e longo prazo como fomentar novas empresas na Marinha Grande. Acrescentou que era importante que a Câmara e o Governo comesçassem a pensar, juntamente com o Centro de Emprego, que tipo de actividades económicas se poderiam promover na Marinha Grande, para que continuasse a ser uma zona industrial, tendo em conta o nível de qualificações da classe trabalhadora existente.

O deputado da CDU, **Saúl Fragata**, referiu-se também com preocupação à situação económica actual. Disse que apesar de não caber à Câmara Municipal a responsabilidade por aquela crise, considerava que a autarquia devia ter a preocupação de definir políticas de apoio, procurando melhorar as condições económicas e sociais da população.

O **Presidente da Câmara** esclareceu o deputado Saúl Fragata que a Câmara desde sempre apoiou todas as acções desencadeadas pelas entidades envolvidas, nomeadamente, Sindicato, AIC, Vitrocristal, para além de outras acções promovidas pela Câmara, tais como, Museu do Vidro, as Bienais, Salões Internacionais do Vidro e diversos seminários e colóquios sobre esta temática, razão pela qual considerava que não podiam ser acusados de não actuar.

O deputado do PS, **Oswaldo Castro**, disse que tinha a certeza que a Câmara Municipal estava disponível para tudo o que fosse preciso no âmbito das iniciativas da Comissão de Cristalaria ou de outras entidades, para o que era necessário a colaboração dos empresários. Referiu-se também à situação económica actual que era difícil e para a qual contribuiu quer a conjuntura nacional, quer internacional. Neste sentido, e de forma a acautelar o futuro disse que era fundamental que o Governo tomasse medidas que restringisse as despesas e que aumentasse as receitas da forma mais célere possível, por forma a fazer crescer a economia portuguesa, que era o que este Governo actual se propunha fazer.

O deputado da CDU, **António Mendes**, referiu também as suas preocupações com a crise que se estava a generalizar todos os sectores da Marinha Grande, nomeadamente, cristalaria, metalurgia, plásticos, entre outras. Comentou a situação actual de Portugal e as medidas tomadas pelos recentes governos, dizendo que considerava que os políticos deviam ser responsabilizados pela negligência que tiveram na condução do País.

O deputado do PS, **Rui Rodrigues** começou por dizer que entendia as preocupações levantadas pelo deputado Sérgio Moiteiro mas que não se podia exigir à Câmara Municipal aquilo que ela não podia fazer. Disse que a Câmara, e relativamente ao sector de cristalaria, promovera um conjunto de eventos e de realizações que eram muito importantes para o desenvolvimento do sector. Por fim, referiu-se a um grande feito de dois jovens marinhenses que iam representar Portugal em dois eventos internacionais importantes, pelo que fez uma proposta de reconhecimento que leu e que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia** colocou a proposta do deputado Rui Rodrigues à votação, resultando a sua aprovação por unanimidade com 22 votos a favor. Informou que a proposta ia ser transformada numa nota de imprensa para publicação nos jornais e remetida também aos próprios.

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** expressou igualmente a sua preocupação com as dificuldades da indústria vidreira. Referiu que foi um dos primeiros a apoiar o projecto da MGlass por ser uma acção de promoção da indústria vidreira da Marinha Grande, capaz de a catapultar para outros níveis de qualidade. Disse ainda que o projecto, para atingir os objectivos iniciais, devia ter sido acompanhado por outros investimentos ajuzantes, nomeadamente, em equipamentos, por forma a potenciar as fábricas de melhores condições, que permitissem produzir com a qualidade que a marca exigia. Neste sentido, propôs que se nomeasse uma Comissão de três membros, um de cada partido, que reunisse com a AIC, Câmara Municipal e eventualmente com o Sindicato Vidreiro, por forma a avaliar o ponto de situação e que tipo de intervenção tomar. Acrescentou que a ideia era começar pelo sector de cristalaria e posteriormente fazer o mesmo para os restantes sectores que estavam igualmente em crise. Por fim, questionou os deputados se estavam de acordo que se nomeasse um representante de cada partido para uma reunião com as entidades referidas, a fim do levantamento dos problemas do sector.

O deputado **Oswaldo Castro** disse que na sua opinião era mais útil, ou por iniciativa do Presidente da Câmara ou do Presidente da Assembleia Municipal, deslocar uma Comissão a Lisboa, que procurasse reunir com o Ministro da Economia e especialmente com o Secretário de Estado da Indústria e sensibilizá-los para a realidade do problema,

independentemente da reunião que o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu. Revelou que o Secretário de Estado era a pessoa que melhor conhecia a realidade do sector do vidro e que estava sensibilizado para o problema, revelando que sabia que ele era da opinião que as empresas deviam ter um papel mais activo.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que a ideia que tinha inicialmente era, primeiro promover a reunião com as entidades locais para recolha de elementos, e depois procurar levar esse levantamento e as preocupações junto das entidades governamentais com competência. No entanto, após a intervenção do deputado e se a Assembleia estivesse de acordo, disse que ia passar a responsabilidade para a Câmara Municipal, no sentido de ser o Presidente da Câmara a coordenar e promover as diligências necessárias, e que o acompanharia sempre que o entendesse.

De seguida anunciou que se ia passar ao 1º ponto da ordem de Trabalhos:

PONTO UM – “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2004”

Para introdução do ponto, o vereador **Armando Constâncio** prestou alguns esclarecimentos. Começou por se referir à rubrica de despesas de investimento, explicando que o Plano de Actividades e Orçamento era deliberadamente inflacionado, por forma a captar o máximo de investimento possível e quando se apresentavam as contas, o que era apresentado na Assembleia para aprovar, era o resultado traduzido em termos de investimento naquilo que era possível captar em termos de receita durante o ano em que as actividades decorriam. Clarificou que o que faziam era controlar a despesa de maneira a que não houvesse derrapagens e não aparecesse traduzido nas contas da Câmara um desequilíbrio que compromettesse o nível e o equilíbrio económico financeiro da autarquia. Disse que tal como estava traduzido nos resultados operacionais, a Câmara poupava recursos nas despesas de financiamento que depois aplicava e termos de despesa de investimento e também na amortização de dívida a fornecedores. Acrescentou que a Câmara tinha cuidado na gestão dos recursos que estavam disponíveis de forma a não comprometer a situação da tesouraria, de equilíbrio e de solidez que a Câmara tinha e era isso que vinha reflectido nos resultados. Disse que da análise das contas era importante reter que a dívida de médio e longo prazo da Câmara estava consolidada, com um custo de serviço da dívida ao alcance de qualquer autarquia, o que, tendo em conta o orçamento global da Câmara significava um esforço financeiro de 4,5% do total da despesa. Por fim, disse que se consultassem a situação financeira da Câmara a 31 de Maio, constatavam que nos primeiros 5 meses a tendência de crescimento da receita corrente era favorável, a despesa estava controlada e o saldo em bancos era considerável, com desafogo financeiro absoluto.

O deputado **Saúl Fragata** teceu algumas críticas aos documentos apresentados. Começou por referir que os desvios eram recorrentes e que lhe parecia que a qualidade dos documentos era a única coisa positiva. Disse que na sessão da Assembleia Municipal de Dezembro de 2003, em que o PS e PSD aprovaram as grandes opções do plano e respectivo orçamento, a CDU denunciara o empolamento nas receitas, por considerarem que se tratava de mais um plano para não cumprir e gerador de falsas

expectativas e que continuava a não existir um projecto planeado para o desenvolvimento do Concelho, nem uma estratégia definida para o alcançar e que as acções e os projectos apareciam e desapareciam ao sabor da conveniência do momento. Referiu que passado cerca de ano e meio podiam constatar, pela análise dos documentos de prestação de contas oficiais, que tudo foi comprovado, ou seja, um índice de execução da receita e 65% e das despesas de 65,33%, sendo que o índice de execução global do Plano plurianual de investimentos era inferior a 52% e 56% na execução anual. Revelou que a apreciação da CDU era negativa e era em conformidade que votariam.

O deputado **Pedro Silva** questionou a Câmara se o motivo da execução ser sempre tão baixa derivava do facto do Orçamento ser inflacionado e sucessivamente existirem obras que passavam para anos seguintes. Referiu-se de seguida ao endividamento, dizendo que não questiona a dívida existente mas sim a natureza da dívida e a duração, e que não tinha dúvidas que o grosso das dívidas ia passar para os mandatos seguintes. Acrescentou que apesar de concordar que o endividamento não era muito significativo em termos de taxa absoluta, por outro lado constatara que o limite do endividamento estava praticamente no limite. A este respeito disse que tinha dúvidas sobre qual a situação da Câmara uma vez que aquando dos pedidos de empréstimo era dito que a Câmara estava longe de metade da capacidade de endividamento, no entanto, recentemente lera que a Câmara da Marinha Grande era das poucas que tinha o limite de endividamento praticamente no limite, pedindo esclarecimentos. Por fim, salientou o aumento da despesa corrente e a diminuição da receita e provando-se que a receita diminuirá com a diminuição das transferências, questionou a Câmara relativamente à estratégia a adoptar para os próximos anos e também face a uma possível diminuição da receita corrente e das transferências.

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou algumas questões essencialmente técnicas que se a Câmara não conseguisse responder, solicitava à Chefe da Divisão Financeira da Câmara, presente na sessão, que prestasse os devidos esclarecimentos. Começou por questionar o que é que justificava o acréscimo de 1 milhão e 600 mil euros em outras incorporações corpóreas e também porque não foram feitos os ajustamentos das participações sociais da Câmara. Disse que com agrado constatara que os débitos a médio e longo prazo já estavam contemplados no balanço, no entanto, solicitou que de futuro se separasse o que dizia respeito a dívidas de bancos das dívidas a fornecedores de imobilizado, de forma a que se percebesse o que dizia respeito a cada uma das rubricas. Disse também que gostaria de ser informado das doações que foram feitas à Câmara em 2004, uma vez que o relatório não continha qualquer referência. Questionou por fim, em que é que constavam os proveitos extraordinários de 1 milhão e 609 mil euros, dizendo que sem eles o resultado líquido tinha sido metade.

Em resposta a algumas questões colocadas a Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal prestou esclarecimentos. Relativamente às doações informou que no ano de 2004 diziam respeito a uma escritura de doação ao município das obras do Museu Joaquim Correia pelo próprio escultor, a qual não tinha sido contabilizada no inventário inicial. Esclareceu que a escritura continha uma relação de bens valorados que agora foram contabilizados, e mais significativa, acrescia ainda a transferência de património do IGAPHE para o município. Explicou que o contrato celebrado com o IGAPHE deu origem a direitos e obrigações por parte do município, em que por um lado a Câmara recebeu imóveis, respeitantes a dívidas de particulares, decorrentes de rendas que

estavam e atraso e por outro lado herdou também alguns pagamentos, feitos por conta de contratos de propriedade resolúvel, daí ter-se chegado ao valor inscrito. No respeitante ao ajuste das participações financeiras, referiu que não era uma questão pacífica uma vez que enquanto a comissão de normalização contabilística para o sector privado produzira orientação naquele sentido, para a administração pública ainda não havia e das consultas que fizera não resultou que a Câmara era obrigado a incorporá-las.

O Presidente da **Assembleia Municipal** interrompeu a intervenção para reforçar que era da opinião que a Câmara devia fazê-lo, por ser a única forma de saber se as participações financeiras que a Câmara tinha nalgumas empresas eram positivas ou negativas, nomeadamente, a TUMG. Questionou se sabia dizer qual a diferença em termos de resultados se fosse incorporada.

Em resposta a Chefe da Divisão Financeira disse que apesar de não ter uma ideia concreta, considerava que o desvio não ia ser muito significativo e que esperava no próximo ano prestar essa informação. No que dizia respeito aos proveitos extraordinários disse que também estava relacionado com os subsídios para o investimento. Explicou que a Câmara tinha concluído algumas obras cujo montante de investimento era bastante significativo e como as quotas de amortização que as autarquias aplicavam eram diferentes das quotas de amortização do privado, acontecia que imobilizando obras de um valor muito significativo estavam a fazer o deferimento de subsídios. Referiu-se ainda a um contributo que considerava positivo para análise das contas e quês e prendia com a introdução no mapa de execução orçamental da despesa, uma coluna com os compromissos assumidos no exercício de 2004 com reflexos em exercícios futuros. Esclareceu que no próximo ano seriam considerados aqueles encargos, no entanto, era uma contabilização do ponto de vista orçamental ou previsional, que não influenciava o balanço e a demonstração de resultados. Reforçou que o município actualmente não tinha capacidade de endividamento na sequência das medidas tomadas pela Ministra das Finanças do anterior Governo, de redução da capacidade de endividamento em 50%, o que levou a Câmara da Marinha Grande a alcançar o limite, não sendo neste momento possível contratualizar novos empréstimos.

Terminados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção da Chefe da Divisão Financeira.

O deputado **Oswaldo Castro** referiu-se a alguns aspectos positivos que ressaltavam da análise feita, nomeadamente, a redução substancial das despesas correntes, devido à política de contenção de despesas da Câmara, a dívida irrisória de curto prazo, entre outras, que eram o resultado de um bom exercício deste executivo.

O deputado **Rui Rodrigues** reforçou que estavam em discussão os documentos de prestação de contas e nesse sentido considerava pertinentes as intervenções do Presidente da Assembleia Municipal, porque colocara questões técnicas relativamente a estas matérias. Referiu que os documentos de prestação de contas ou estavam bem ou mal feitos e que não se podia invocar um voto contra um documento justificando que a nossa política e as nossas opções não eram estas mas outras, porque esse não era o momento adequado.

O deputado **Manuel Teles** disse que considerava que o documento de prestação de contas devia ser só apresentado e não votado porque quem chumbava ou rectificava era o Tribunal de Contas e por esse motivo na Assembleia não tinham legitimidade para aprovar ou reprovar, mas apenas discutir. Neste sentido, e uma vez que considerava uma perda de tempo estar -se a aprovar documentos tentando ultrapassar um órgão superior à Câmara, pediu que a Câmara para situações futuras definisse se era para votar ou apreciar os documentos, para que no futuro se aproveitasse o tempo para discussões mais úteis.

O **Presidente da Assembleia** referiu que formalmente as Contas lhe pareciam bem feitas e correctas do ponto de vista contabilístico, no entanto, e uma vez que encerravam opções políticas, para alguns deputados essas opções políticas não eram as mais correctas e por isso tomavam posições contra. Disse que apesar de não ter dúvidas que o Tribunal de Contas ia aprovar as contas do ponto de vista contabilístico, considerava que a Assembleia, tratando-se de um órgão iminentemente político, as devia aprovar ou rejeitar do ponto de vista político. Acrescentou que a sua interpretação podia estar errada em virtude de não conhecer a Lei em profundidade, no entanto, ia por os documentos à votação porque era o que lhe foi solicitado.

O vereador **Armando Constâncio** interveio para clarificar alguns pontos. Começou por falar da questão do endividamento, explicando que não se podia contrair endividamento sem ser para investimento e que sempre que a Câmara pediu à Assembleia para contrair empréstimos, os pedidos foram sempre justificados, para o que juntavam um mapa com a descrição detalhada das dívidas de médio e longo prazo, mesmo naquelas que resultavam de negociação em pacote de empréstimos. Esclareceu que as despesas de investimento consistia em a Câmara com o dinheiro que ia buscar à banca a juro baixo, antecipar obras que as populações necessitavam e a baixo custo. Referiu que a Câmara da Marinha Grande, contrariamente a muitas outras, teve capacidade de realizar obra aproveitando as oportunidades e que se esgotaram a capacidade de endividamento era porque tinham executado, para o bem da população. Disse que por um lado eram criticados por ter realizado apenas 60% daquilo que se comprometeram fazer, e por outro eram criticados por ter utilizado o dinheiro todo. Comentou que não era possível fazer obras de investimento sem ter recitas e uma vez que a Câmara tinha as receitas bem captadas, cobrindo nas despesas correntes, se não houvesse verba suficiente recorria-se à banca ou à venda de propriedades e se sobrasse dinheiro era investido. Disse que não entendia como era possível criticar a actividade camarária, quando a Câmara apresentava índices de equilíbrio favoráveis e que era errado dizer-se que a Câmara se endividou e hipotecou o futuro e por outro lado que aquela devia ter realizado o que estava previsto a 100% e não 60%.

O **Presidente da Assembleia** referiu que as contas eram um conjunto de números que reflectiam um certo número de actividades, sendo que, as opções em termos de investimento eram feitas em determinados sítios em detrimento de outras e por esse motivo admitia que algumas bancadas tivessem opções diferentes.

Finda a intervenção e presente deliberação camarária de 11 de Maio de 2005 e Documentos de Prestação de Contas, relativos ao exercício de 2004, que aqui se dão por integralmente reproduzidos para apreciação e votação.

Depois de discutido o assunto supra referido e verificando-se que se encontra de acordo com a legislação em vigor, a Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53º, n.º2, alínea c), da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apreciou e votou os referidos documentos por maioria, com onze votos a favor, nove votos contra e duas abstenções.

Mais deliberou, nos termos do ponto 2.7.3.1 das Considerações Técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício de 2004, da seguinte forma:

- 5% sobre a forma de reservas legais, tal como estipula o ponto 2.7.3.5;
- o restante seja aplicado na conta 59 e resultados transitados

com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. e que se encontra como anexo nº 2 à presente acta.

De seguida anunciou que se ia proceder à discussão do 2º ponto da Ordem de Trabalhos:

PONTO DOIS – “INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2004;”

O Presidente da Assembleia informou os deputados que os documentos eram constituídos por dois volumes que se encontravam na mesa disponíveis para quem os quisesse consultar.

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia propôs a aprovação em minuta do presente ponto.

Presente deliberação camarária de 11 de Maio de 2005 e Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, relativo ao ano de 2004, que aqui se são por integralmente reproduzidos para apreciação.

Nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea c) da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Assembleia apreciou os referidos documentos.

que se encontra como anexo nº 3 à presente acta.

PONTO TRÊS – “ACTIVIDADE CAMARÀRIA”

O deputado **António Mendes** colocou o problema à autarquia da falta de policiamento e sentimento de insegurança dos munícipes. A este propósito referiu-se a algumas situações preocupantes, nomeadamente o receio de durante a noite e madrugada se deslocar a alguma caixa Multibanco e farmácias devido ao assédio que era feito; o estacionamento indevido de carros em determinadas ruas centrais que estavam vedadas ao trânsito, o problema dos toxicodependentes na Ivima e agora na ex fábrica Angolana, entre outros. Recomendou, dado que tivera conhecimento da chegada de um novo Comandante da PSP à Marinha Grande, que o Presidente da Câmara lhe colocasse alguns daqueles problemas e solicitasse a sua intervenção. Seguidamente referiu-se às geminações, solicitando à Câmara informações da geminação com Fontenay-sous-bois, dado que lhe transmitiram que as relações estavam a decair e que houve quebra de relacionamento. Neste sentido, questionou a Câmara se se iam manter os intercâmbios ente crianças, uma vez que considerava que era uma boa forma de dar referências de Portugal e através da Marinha Grande.

O deputado **Pedro Silva** disse que o informaram que foi resolvida a questão do alargamento da zona industrial da Marinha Grande, questionado a Câmara se o despacho foi proferido pelo actual ou pelo anterior Governo.

O deputado **Saúl Fragata** começou por referir que à custa de meios da Câmara, o PS fazia propaganda e promoção do seu cabeça de lista. Falou das sessões que estavam a ser promovidas junto à população para debate do Plano Director Municipal, a 4 meses das eleições, enquanto a Junta de freguesia da Marinha Grande, por sua vez, tinha suspenso as sessões com as populações, por questões de ética e bom senso, dada a proximidade das eleições. Acrescentou que há 12 anos atrás o PDM foi utilizado pelo PS para lançar confusão nas populações relativamente à RAN e REN, tendo atribuído à CDU a responsabilidade directa pelos malefícios que causaram às pessoas, apesar de saberem que era falso. Referiu que a postura do PS agora era de ouvir as pessoas, deixando-as em suspenso um vez que a Câmara sabia que não tinha competência para dar respostas finais.

O deputado **Oswaldo Castro** disse que concordava com o que a Câmara estava a fazer, por considerar que era importante que se discutisse o PDM e que a Câmara auscultasse o que a população tinha a dizer.

Da parte da Câmara Municipal e em resposta às questões colocadas, o **Presidente da Câmara** começou por dizer que naquele dia reuniu com o novo Comandante da PSP da Marinha Grande, e que lhe falou dos problemas generalizados de falta de segurança dos munícipes nalguns locais. Disse que apesar de o Comandante ter mostrado boa vontade para a resolução dos problemas apresentados, tinha falta de meios para a sua resolução. Relativamente às geminações informou que as relações com Fontenay-sous-bois continuavam boas e com tendência a melhorar, e que o intercâmbio entre crianças já não era feito com a mesma frequência e pelo mesmo período de tempo devido à contenção

de despesas de ambas as autarquias. No que dizia respeito à expansão da zona industrial recordou dois momentos importantes. Referiu-se a um primeiro momento quando houve um despacho do Ministro da Agricultura a autorizar a permuta, que foi homologado. Acrescentou que nessa altura e quando o PSD se tornou Governo mandou parar o processo porque entendera que o despacho referido carecia de alguns esclarecimentos relativamente aos valores financeiros dos pinhais. Referiu que posteriormente foi chamado ao Governo e que o confrontaram com o problema da diferença de valores do pinhal, exigindo que quando o pinhal fosse da Câmara não houvesse preços políticos. Disse que a Câmara assumiu aquele compromisso e se comprometeu a definir um limite para valor mínimo de hasta pública, propondo que se houvesse limitações acima desse valor e se o Governo entendesse que era uma mais valia ficasse com aquela importância. Referiu que o Governo aceitou a proposta com algumas alterações, nomeadamente, que se houvesse mais valia, 43% era para o Estado e 57% para a Câmara, o que na sua opinião favorecia a Câmara. Acrescentou que apesar do custo do pinhal por m2 com infraestruturas ser relativamente inferior, o Governo entendera que a Câmara não devia colocar em hasta pública o m2 abaixo dos 7.000\$. Reforçou que a Câmara aceitou as condições e que as mesmas foram aprovadas por unanimidade na Câmara Municipal e que o entendimento era que o mercado regulasse o preço mínimo. Referiu que a Câmara já enviou o ofício com a deliberação camarária em como não aceitavam as condições, faltando apenas que o Governo marcasse a escritura. De seguida, referiu-se ao PDM, esclarecendo que era uma publicação do Diário da República datada de Abril de 1995, e portanto, em Abril de 2005 cumpriram-se os 10 anos legais para a sua revisão. Explicou que a Câmara obrigatoriamente tinha que rever o PDM no 10º ano da sua vigência independentemente de haver ou não eleições.

O Vereador **João Paulo Pedrosa** interveio para completar alguns esclarecimentos dados pelo Presidente da Câmara. Referindo-se aos intercâmbios com Fontenay-sous-bois disse que ao longo dos anos permaneceu um problema, pelo motivo das colónias de França durarem 3 semanas e havia muitas queixas das crianças portuguesas relativamente à alimentação fornecida. Disse que de acordo com sugestões dos monitores de colónias, solicitaram que a colónia fosse encurtada no tempo, passando a 15 dias, o que a Câmara de Fontenay não aceitou, alegando que complicava com o seu sistema de funcionamento e uma vez que as crianças não queriam dificilmente podia ultrapassar aquela situação. De seguida referiu-se às críticas constantes que eram feitas à Câmara e que alguns deputados criticavam a Câmara por não ter iniciativa e actualmente criticam por ter iniciativas que estavam inscritas em Plano de Actividades e portanto reforçou que quer o plano de modernização das colectividades, quer o programa Desporto para todos, as colónias de férias, amplamente divulgados nos meios de comunicação social, estavam inscritos e Plano de Actividades e portanto faziam parte do conjunto de obras da Câmara. Relativamente ao PDM reforçou que tinha obrigatoriamente de ser revisto neste ano e que era uma exigência da Lei por completar os 10 anos de vigência. Esclareceu que a Câmara optou por fazer um balanço junto das populações e dos aglomerados urbanos relativamente àquilo que foram os 10 anos de PDM, por forma a actualizar a informação que existia, acrescentando que considerava que esta era a única forma de corrigir erros e eventuais incongruências do PDM. Informou que as sessões estavam a decorrer bem e que para além das pessoas exporem os seus casos particulares, aproveitavam muitas ideias e propostas sobre aquilo que devia ser um processo de planeamento para os próximos 10 anos.

O deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande, **Francisco Duarte**, referiu que desconhecia que estava em curso e inscrito em Plano de Actividades um programa de modernização de colectividades, referindo que era conhecedor da realidade daquelas e por esse motivo a política das colectividades tinha que ser outra. Relativamente à utilização da Colónia Afonso Lopes Vieira questionou a Câmara da razão porque não houve uma ampla discussão, por considerar que teria sido útil. No respeitante ao PDM comentou que passados 10 anos era necessário a sua revisão, para o que também considerava muito importante o contributo da população. Referiu que do conhecimento que teve de algumas sessões, apesar de as pessoas colocarem os seus problemas, poucos ficavam esclarecidos porque não lhes eram dadas respostas concretas. Acrescentou que também estranhou que a Junta de Freguesia da Marinha Grande não fosse envolvida, uma vez que conheciam muitas situações, tinham estado em muitos dos lugares e discutidos com as próprias pessoas, razão pela qual considerava que se podia tornar um trabalho mais rentável e com resultados mais positivos a curto prazo.

O Vereador **João Paulo Pedrosa** disse que não se podia dizer que não se estava a fazer modernização das colectividades, uma vez que foi a Câmara quem permitiu aproveitar as colectividades para fazer cantinas e ocupação de tempos livres, prolongamento de horários, para além de todo um conjunto de iniciativas de modernização, nomeadamente, beneficiação dos espaços, palcos, coberturas, entre outras. Disse que também era entendimento da Câmara, para além das questões das infraestruturas das colectividades, as questões de funcionamento, dadas as dificuldades que aquelas tinham de comunicar, porque nem todas eram dotadas de de fax's computadores. Neste sentido, disse que a Câmara estipulou uma determinada verba num programa de modernização por forma a atribuir um determinado conjunto de equipamentos informáticos e fax's às colectividades. Explicou que a Câmara ia atribuir a um conjunto de colectividades 1 kit completo com equipamento para o seu funcionamento, incluindo, fax, computador, fotocopiadora e um conjunto de Internet, para aquelas que tinham maior afluência de jovens. Acrescentou que neste momento não era possível chegar a todas, mas que era um trabalho que considerava que podia ser continuado. Referiu-se a uma alteração que pretendiam introduzir relativamente ao funcionamento da colónia de férias Afonso Lopes Vieira, dado que as crianças se cansavam de fazer sempre as mesmas actividades no período em que permaneciam na colónia, pelo que, solicitaram às colectividades do Concelho que apresentassem propostas, pagas pela Câmara, por forma envolver as colectividades, rentabilizando os meios de que dispunham.

Terminado este ponto, o **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao público presente.

O Sr. **Carlos Rosa** começou por se referir ao parque de campismo de Monte Gordo, que era gerido pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, com a qual a Marinha Grande era cidade geminada. Esclareceu que já apresentara esta questão numa sessão da Assembleia de 27 de Abril, na qual denunciou que o protocolo assumido pela Câmara aquando da geminação não estava a ser cumprido, e que apesar de o ter solicitado não lhe foi fornecida cópia do mesmo. Referiu-se novamente aos problemas com funcionamento do parque de campismo de Monte Gordo e relacionados com a perda de alguns direitos adquiridos por parte dos utilizadores da Marinha Grande. Neste sentido disse que após reunião com outros utilizadores do parque, optaram por fazer um abaixo

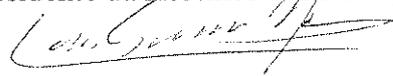
assinado e entregá-lo juntamente com pedido de esclarecimento ao Presidente da Câmara. Comentou que uma vez que não obtiveram qualquer resposta pretendia que a Câmara o informasse se era sua intenção receber alguns utilizadores do parque ou enviar resposta por escrito. Seguidamente questionou a Câmara para quando estava prevista a praca da Ordem e se já existia projecto. Referiu-se também à falta de colocação de algumas placas de informação em determinados lugares e também à falta de pintura das passadeiras em frente à sede da Ordem.

O senhor **Pedro André** referindo-se aos terrenos da Zona Industrial pediu ao Presidente da Câmara que o esclarecesse em que momento é que o processo esteve parado e porque razões. Disse que entendera, pelas explicações dadas pelo Presidente da Câmara, que o despacho inicial foi tomado pelo anterior Governo PS e que depois a determinada altura parou, e só depois foi retomado e desbloqueado pelo Governo do PSD. Reforçou que pretendia que ficasse explícito em que momento o processo esteve parado porque da intervenção do Presidente da Câmara lhe pareceu que foi o Governo PSD que quando tomou posse parou o processo por razões políticas.

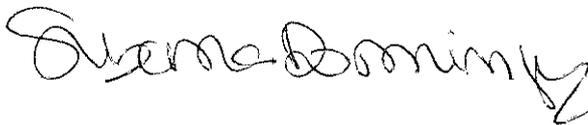
O **Presidente da Câmara** esclareceu que não disse que o processo parou por razões políticas e que de acordo com os documentos que tinha podiam constatar que o processo esteve parado no património na vigência do Governo PSD e que as razões, como explicou, estavam relacionadas com diferenças de preços do pinhal. Acrescentou que ainda no Governo do PSD, antes sua saída, foi exarado o despacho de aceitação das condições da Câmara, após o património ter questionado a Câmara se aceitava aquelas condições.

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu por encerrada, pela 1 hora, a sessão, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal



O 1º Secretário



O 2º Secretário

